

RECONHECIMENTO E RESILIÊNCIA NO COTIDIANO DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

RESULTADO PARCIAL DE PESQUISA EM ANDAMENTO

GRUPO DE TRABALHO Nº 8: DESIGUALDADE, VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Alex Pizzio: Doutor em Ciências Sociais. Docente no PPG em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT

RESUMO

Este trabalho inscreve-se no rol dos estudos que visam contribuir para o entendimento das questões acerca do enfrentamento e combate a situações de pobreza e adversidade. Tendo esta perspectiva em foco, realizou-se um estudo com Quebradeiras de coco babaçu, na região do Bico do Papagaio. Como eixo de análise, este trabalho recorreu-se ao conceito de reconhecimento, como fator de autoreconhecimento, em interface com o conceito de resiliência. Nosso objetivo foi verificar se o reconhecimento apresenta alguma relação com a capacidade de resiliência destes sujeitos. Os resultados indicam haver uma relação entre o reconhecimento, a identidade social e a capacidade de resiliência destes grupos. Neste sentido, observa-se uma maior capacidade de enfrentamento das adversidades advindas da atividade e, ou, do contexto social em questão, quando os sujeitos se sentem reconhecidos em suas capacidades e qualidades.

PALAVRAS CHAVES: reconhecimento social; resiliência e quebradeiras de coco babaçu.

Todos os lugares carregam consigo as cicatrizes do passado. Porém, na Amazônia, as marcas da história tem um peso mais presente. Nas vastas extensões do norte brasileiro, o moderno e o tradicional não são domínios estáticos e distintos. Ao contrário, coexistem como dinâmicas e entremeadas facetas da mesma realidade, em permanente transformação. As escolhas que impõem e os ritmos que definem o cotidiano, de ricos e pobres, são profundamente moldados pelo constante encontro entre passado e presente. M. Schmink & C. H. Wood.

Apresentação

A superação das situações de pobreza e da exclusão, seu enfrentamento e as consequências de vivenciar tais situações, há muito tempo ocupam um lugar privilegiado nos embates das ciências sociais. A forma como o fenômeno tem sido abordado altera-se em função de concepções político-ideológicas e teórico-metodológicas com consequências no plano da ação e nas políticas delas derivadas. Neste sentido, de acordo com a concepção em questão, a unidade de análise pode variar do plano individual ao coletivo, bem como, perpassar por uma abordagem mais assistencialista ou de empoderamento. Seja, por meio de um viés focado na carência econômica, seja através de uma visão multidimensional dos fenômenos, o que se observa, é que na tentativa de superação e equacionamento destas situações, muito se tem apostado no protagonismo de grupos e ou comunidades. Tal perspectiva torna-se relevante uma vez que, de acordo com Dubet (2003), atualmente, os atores se definem pela sua experiência social caracterizada entre diferentes lógicas presentes na sociedade, onde, muitas vezes, estas lógicas se apresentam de maneira contraditória. Daí o fato de que, cada vez mais, constatamos que “os atores existem lá onde menos se espera encontrá-los” (Dubet, 1987, pp. 425).

Este artigo visa contribuir para a ampliação deste debate. O objetivo do presente trabalho é discutir como sujeitos, grupos e ou comunidades lidam com as adversidades e ou vulnerabilidade, buscando compreender melhor os fatores que permitem que alguns grupos superem essas condições, enquanto outros sucumbem. Como eixo de análise, recorreu-se ao conceito de reconhecimento, como fator de autoreconhecimento, em interface com o conceito de resiliência. Como base empírica, nos valem de observações realizadas com Quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, localizada no estado do Tocantins.

1. Resiliência e reconhecimento como concepções teórico-metodológica

1.1 Resiliência

Em suas primeiras formulações, o conceito de resiliência encontra-se originalmente vinculado à física e as engenharias (YUNES; SZYMANSKI, 2002). Interessava a essas ciências examinar a capacidade, apresentada por alguns materiais, de manter, sob condições adversas, suas qualidades inalteradas. Aos poucos, o conceito de resiliência começou a ser utilizado em outras áreas do conhecimento, foi, contudo, com o estudo pioneiro de E.E. Werner (1993), realizado na ilha de Kauai no Havai, que o conceito começou a ser apropriado pelas ciências humanas. Nesse estudo, Werner acompanhou por trinta e dois anos, cerca de 500 pessoas submetidas a situações de pobreza extrema. Werner constatou que uma parcela expressiva deste contingente sofrera com situações de estresse, dissolução do vínculo familiar, situações de alcoolismo, abusos, entre outros. Entretanto, algumas crianças expostas a essas situações de risco apresentavam uma condição de superação e de construção de futuro positiva. Era como se elas não pudessem ser atingidas por tais mazelas.

No primeiro momento, essas crianças foram consideradas invulneráveis e essa qualidade foi associada à existência de um temperamento especial e, até mesmo, a condições genéticas. Entretanto, o próprio estudo de Werner tratou de afastar essa hipótese. Verificou-se, sem exceção, que a todas as crianças “havia tido durante o desenvolvimento apoio irrestrito de algum adulto significativo” (MELILLO, 2007).

Desde então, tem aumentado o interesse da comunidade científica em torno do conceito, das características pessoais e ou coletivas consideradas pilares para um desenvolvimento pleno e ou na superação da adversidade. Rapidamente o conceito espalhou-se nesse universo, por meio de diversos enfoques veiculados a ecologia do desenvolvimento humano.

Em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, o conceito vem sendo utilizado com frequência não só por profissionais das ciências sociais e humanas, mas também através de referências a sujeitos, grupos, lugares e ações em geral (YUNES; SZYMANSKI, 2002). No final do século XX, o interesse era tanto pelo termo que Edith H. Grotberg, (1995) coordenou um estudo internacional sobre resiliência com apoio, entre outras, da Organização Mundial da Saúde – OMS, Fundación W.K. Kellogg e da Autoridad Sueca para el Desarrollo Internacional – ASDI.

No Brasil, apesar do conceito ainda ser pouco utilizado em trabalhos acadêmicos, verifica-se um crescente interesse pelo tema. Segundo consulta realizada junto ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES¹ (2013), nos últimos 5 anos, foram produzidas setenta dissertações e treze teses que recorreram ao conceito resiliência. Segundo o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq², atualmente, temos cerca de sessenta grupos de pesquisa que possuem linhas de pesquisa envolvendo o tema da resiliência. Os estudos tem se dividido entre as áreas de saúde, psicologia educação, geografia humana, teologia, sociologia, entre outras. Em 2012, ocorreu em São Paulo, o 1º Congresso Brasileiro de Resiliência, onde foram apresentados quatorze artigos tratando do tema, com base em pesquisas desenvolvidas no país. Trata-se de uma perspectiva teórico-conceitual

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

relativamente nova nas áreas de ciências humanas, sociais e sociais aplicadas na academia brasileira, mas, os números demonstram que a temática está ganhando notoriedade.

Conceitualmente, a resiliência é definida como “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade” (GROTBERG, 2007: 15). Destaque-se que outras definições de resiliência são variações dessa, como pode-se observar na literatura especializada. Neste sentido, Araujo (2011), ao fazer um balanço do atual estágio do desenvolvimento deste conceito, destaca que a resiliência pode ser entendida como a capacidade para sobrepor-se à adversidade. Segundo a referida autora, “sujeitos ou grupos dotados dessa capacidade podem ser abatidos pelas vicissitudes da vida, mas retomam sua integridade, podendo se tornar mais fortes e mais resistentes ainda”³ (Araujo, 2011, p. 7).

Nessa perspectiva, Araujo (2011) chama a atenção para o estudo desenvolvido por Ruter (1993), o qual estabeleceu fatores de proteção como influências que modificam ou melhoram as respostas pessoais a determinados riscos. Dentre os mecanismos elencados, destacamos um de grande relevância para as questões implicadas neste trabalho. Trata-se do estabelecimento e manutenção da autoestima e da autoeficácia, mediante a existência de relações de apego seguras e incondicionais e o sucesso no cumprimento das tarefas da vida. Em outras palavras, as expectativas sociais.

Se no plano individual, o estudo da resiliência encontra-se bem definido, no plano coletivo, os estudos tem logrado uma ampliação considerável⁴. Segundo Ojeda (2007), a resiliência comunitária constitui-se em uma contribuição latino-americana ao debate que encontra lastro na tradição desolidariedade social para responder a situações de emergência. Nessa perspectiva, “podemos considerar a resiliência como ferramenta, de genuíno cunho latino-americano, que pode ser utilizada sem temor na luta contra a pobreza e a desigualdade” (Ojeda, 2007, p. 48). Trata-se de uma abordagem que tem como ponto de partida o estudo das respostas coletivas a situações de catástrofes e ou calamidades públicas, mas que implica, igualmente, em uma mudança de cunho epistemológico.

Como explicar que, diante de um mesmo fenômeno – o terremoto, algumas sociedades comecem a reconstrução no dia seguinte e outras levem anos? Pensamos que as chaves explicativas não estão nas características individuais, mas nas condições sociais, nas relações coletivas e em aspectos culturais valorativos de cada sociedade. A partir desse enfoque, a resiliência comunitária desloca a base epistemológica do conceito inicial, modificando não apenas o objeto de estudo, como também a postura do observador e os critérios de observação e avaliação do fenômeno (OJEDA, 2007: 49).

Observa-se uma ampliação de estudos que recorrem ao conceito de resiliência comunitária e suas variações no âmbito das ciências sociais. Um exemplo desta tendência é o recente trabalho de Hall & Lamont – *Social resilience in the neo-liberal era* – nessa obra os autores buscam compreender como os recursos culturais e instituições podem ser mobilizados para limitar o impacto das desigualdades geradas pelas políticas neoliberais. Diante de tal objetivo, os autores desenvolvem a noção de resiliência social, isto é, como grupos e comunidades apropriam-se de recursos culturais e institucionais, dispostos em seus ambientes, para enfrentar os desafios gerados pela era neoliberal.

Na perspectiva acima, a resiliência é entendida como uma fonte de força coletiva com base nas maneiras em que grupos ou comunidades sociais tem seu desenvolvimento obstruído, quando confrontados com a mudança social. Tal entendimento, além de apropriado para pensar como situações negativas podem servir de motivação para ação, igualmente, nos permite uma

³ Outros desdobramentos que possuem a mesma base conceitual podem ser encontrados em: Rios (2011); Luthar et al (2000); Melillo, Estamatti, Cuesta (2005), entre outros.

⁴ Como exemplo deste crescente interesse podemos citar os trabalhos de: Puntigliano & Briceño-Ruiz (2013); Rivera (2010); Hall & Lamont (2013), entre outros.

aproximação com outras concepções cognitivas que pretendem interpretar as mesmas realidades empíricas. Refiro-me aqui ao conceito de reconhecimento.

1.2 Reconhecimento

Para Charles Taylor (2000), o prestígio adquirido pela categoria reconhecimento nas sociedades contemporâneas deve-se ao vínculo existente entre reconhecimento e identidade, em que a identidade designa algo como a compreensão de quem a pessoa é, de suas características definidoras e fundamentais da condição de seres humanos. A tese do referido autor é a de que a identidade é moldada, em parte, pelo reconhecimento ou por sua ausência, de tal forma que uma pessoa ou grupo pode sofrer danos reais ou uma real distorção, caso a sociedade da qual faz parte lhe devolva um quadro redutor de si mesma, desmerecedor ou mesmo desprezível. Assim, o devido reconhecimento não é uma mera cortesia que se deve conceder às pessoas, mas sim uma necessidade humana vital. Surge aí um fato importante: quando intentamos compreender o estreito vínculo entre identidade e reconhecimento, deve-se considerar uma característica fundamental da condição humana.

Essa característica crucial da vida humana é seu caráter fundamentalmente dialógico. Tornamos-nos agentes plenos, capazes de nos compreender a nós mesmos e, por conseguinte, de definir nossa identidade, mediante a aquisição de ricas linguagens humanas de expressão. [...] desejo tomar a linguagem em um sentido amplo cobrindo não só as palavras que falamos, mas também outros modos de expressão por meio das quais nos definimos, incluindo as linguagens da arte, do gesto, do amor etc. (Taylor, 2000, p. 246).

Segundo o autor, as pessoas não adquirem as linguagens que precisam para se autodefinirem por si mesmas. Adquirimos essas linguagens em constante interação com outras pessoas que têm importância para nós, os *outros significativos* de que nos fala G.H. Mead (1972). A gênese do espírito humano não é algo que cada pessoa realiza por si mesma, mas o faz dialogicamente. Desta maneira, definimos nossa identidade sempre em diálogo com as coisas que os outros significativos desejam ver em nós e, por vezes, em luta contra essas coisas.

Axel Honneth (2003), adotando um quadro interpretativo próximo ao de Charles Taylor, afirma que, por meio do reconhecimento intersubjetivo, os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma autorrelação marcada pela integridade. Em consequência, os sujeitos são forjados em suas interações, e eles só conseguem formar uma autorrelação positiva, se forem reconhecidos pelos seus parceiros de interação. Axel Honneth é, sem dúvida, o mais proeminente representante da terceira geração da Escola de Frankfurt. Seus esforços acadêmicos tem-se concentrado na tarefa de adotar a teoria crítica de uma nova base heurística e epistemológica, fundamentada numa teoria do reconhecimento. Qualquer reconstrução esquemática de seu pensamento, por mais simplificada que seja, não pode deixar de destacar como ele se vincula a essa tradição.

Como herdeiro da teoria crítica, Honneth (2000) identifica um legado intelectual que vai servir de base as suas formulações. Este legado, acompanhando Sampaio (2009), pode ser definido em três recursos presentes nesta tradição. Primeiro, Honneth, destaca o caráter patológico da sociedade contemporânea e a sua ubiquação, no que ele define como déficit de racionalidade. Junto a essa convicção, encontra-se associado um parâmetro normativo do que seria o patológico e, implicitamente, uma concepção de boa vida ou de possibilidade de autorealização (ing. *self actualisation*) individual. Em outras palavras, a tendência de uma pessoa desenvolver todas suas possibilidades de crescimento, o desenvolvimento de si-mesmo.

Em segundo lugar, vem a convicção, baseada na relação da teoria com as ciências sociais, de que esse déficit de racionalidade é uma decorrência da forma de organização característica do

capitalismo. Por fim, Honneth, deriva a ideia de que a crítica às patologias sociais e a possibilidade de superá-las é proveniente da mesma racionalidade cujo desenvolvimento pleno se encontra bloqueado e se expressa no sofrimento. Sofrimento esse que surge em decorrência de um desejo emancipatório. Esses três pontos servirão de base para os desenvolvimentos posteriores deste autor.

Se na obra sobre as patologias do social encontrava-se imanente às percepções de injustiça, em *luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, o autor partirá dos sentimentos de desrespeito e de não reconhecimento, naquilo que eles apontam, ou seja, “seu caráter normativo: a irracionalidade da sociedade moderna capitalista aparecerá no marco de uma teoria com forma própria, nas limitadas garantias de autorealização pessoal, implícitas em sua própria estrutura social” (SAMPAIO, 2009: 20).

Em seus desenvolvimentos teóricos, Honneth busca inspiração na obra de dois autores: Hegel e Mead. No conceito de luta por reconhecimento, proposto por Hegel, o autor encontra os elementos para desenvolver um conceito de luta moralmente motivada que permite reproduzir a noção de conflito. Hegel defendia, em seus textos de Jena,

a convicção de que resulta de uma luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intra-social para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade; trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da medida institucionalizada de progresso social e, desse modo, pouco a pouco a um estado de liberdade comunicativamente vivida, pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa (HONNETH 2003, p. 29).

Entretanto, para Honneth (2003), o modelo teórico de luta por reconhecimento proposto por Hegel deve ser retomado na perspectiva de uma teoria social normativa. Essa empreitada apresenta algumas dificuldades, uma vez que, as reflexões que embasam o modelo hegeliano devem parte de sua força a pressupostos da razão idealista que não podem mais ser sustentados, sendo necessária uma re-atualização de suas formulações. É com essa dificuldade em vista que Honneth recorre à psicologia social de George H. Mead, no qual o conceito intersubjetivista de pessoa, além de apropriado às formulações de Hegel. A obra George Mead possibilita, ao nosso autor, reatualizar a concepção de luta por reconhecimento de Hegel, com uma concepção do caráter moral dos conflitos sociais que lhe confere um rol central no desenvolvimento moral das sociedades e do conflito, um conceito formal de etnicidade, baseado nas condições intersubjetivas da integridade pessoal⁵.

Para Mead (1972), o processo de socialização e as interações são responsáveis pelo desenvolvimento pleno da identidade dos indivíduos e a luta por reconhecimento é o ponto de referência da evolução moral da sociedade. Dois são os pontos de partida da empreitada de Mead. Inicialmente, ele parte de um olhar intersubjetivista, pelo qual, o desenvolvimento do *Self* e, conseqüentemente da identidade, só pode ocorrer mediante processos sociais de experiência e atividade, em um indivíduo dado, resultando das “relações do indivíduo com esse processo como um todo, e com os outros indivíduos que se encontram dentro desse processo” (p. 167). Desse modo, o *self* torna-se um objeto para si, ou seja, ele torna-se para si mesmo, ao mesmo tempo sujeito e objeto. Em segundo lugar, Mead investiga a relevância das normas morais nas relações humanas. De acordo com ele, nas interações sociais, ocorrem conflitos entre o *eu*, a *cultura* e os *outros*, por meio dos quais indivíduos e sociedade se desenvolvem moralmente. Em outras palavras, para Mead, a autorrealização dos sujeitos depende de uma relação de reconhecimento, segundo a qual, “todo sujeito pode saber-se confirmado como uma pessoa que se distingue de todas as outras por propriedades e capacidades particulares” (apud HONNETH, 2003, p. 149).

⁵ Para uma ampliação deste aspecto ver Sampaio (2009)

Por fim, Honneth (2003) encontra nos estudos de Donald Winnicott os elementos finais de sua proposta teórica. Winnicott (apud HONNETH, 2003) analisa as interações entre mãe e filho buscando compreender como se constitui o processo pelo qual mãe e filho podem se separar do estado de ser-um, para aprenderem a se amar e se conceberem como pessoas autônomas. Para Winnicott, um aprende com o outro a diferenciar-se e se ver como ser independente (mesmo que em certa medida eles mantenham certo grau de dependência mútua), podendo sobreviver sozinhos, do que advém a possibilidade da autoconfiança.

Assim, com base nestes autores, Honneth (2003) desenvolve uma tipologia formada por três formas distintas de reconhecimento: a) as relações primárias, cujas formas de reconhecimento são o amor e a amizade; b) as relações legais, cujas formas de reconhecimento são as identificadas com os direitos, e, c) as comunidades de valor, cuja forma de reconhecimento é a solidariedade. Para cada uma dessas dimensões – amor, direito, solidariedade – existe uma relação prática do sujeito com o *self*, relações definidas respectivamente como autoconfiança básica, autorrespeito e estima social.

Conforme esse esquema teórico, a possibilidade de formação de indivíduos autônomos depende do desenvolvimento dessas três formas de relação com o *self*. Por outro lado, essas formas de relação com o *self* só podem ser adquiridas mediante o reconhecimento de outros (SILVA, 2005). Assim, pode-se dizer que o sujeito deve ter suas qualidades e capacidades reconhecidas e legitimadas pelos outros, de forma que, se sentindo reconhecido, disponha-se a reconhecer também o outro em suas singularidades.

Por fim, cada uma dessas formas de reconhecimento contém um potencial para o conflito, pois são moralmente motivadas por formas de desrespeito. Os componentes violados por essas formas de desrespeito são, respectivamente, a integridade física, a integridade social e a dignidade da pessoa. As ideias de Honneth são extremamente promissoras em termos de teoria social, uma vez que o autor coloca no centro do debate elementos importantes para que se analise a desigualdade social em termos de conflito.

1.3 Aproximações conceituais

Do que foi debatido até aqui não é difícil depreender que certa convergência entre os conceitos de resiliência e reconhecimento, assim como, a possibilidade de uma articulação teórica metodológica entre ambos os conceitos. Tal aproximação se constitui em um campo fecundo para as ciências sócias, uma vez que, permite ampliar as repercussões teórico-metodológicas com pesquisas aplicadas a comunidades tradicionais em que conviveram ou convivem com situações de vulnerabilidade e pobreza e as possibilidades de superação considerando-se a capacidade de agência dos atores coletivos.

Pode-se dizer que as condições de constituição do *self* e, a forma como os sujeitos regulam sua conduta, ao mesmo tempo em que desenvolvem a consciência de si; assim como, o papel que a autoestima e as expectativas sociais desempenham nas relações que os sujeitos desenvolvem com o ambiente, quando buscam a satisfação das suas necessidades básicas e a aquisição das competências para desenvolver papéis sociais valorizados socialmente, nos permite estabelecer um elo entre conceitos aludidos.

Nesta perspectiva, Rios (2011) tem chamado atenção para o fato de que a base para o comportamento resiliente está diretamente vinculada à figura do outro significativo. Cabe lembrar que a resiliência não se refere apenas a capacidade de adaptar-se a situações adversas, mas de se desenvolver com elas. Para tanto, uma noção de eu que percorre um trajeto consciente entre o passado e o futuro, dentro de um todo significativo constitui-se um elemento essencial. Assim, segundo Araújo (2011), o que permite aos sujeitos ser ou se tornarem resilientes é, portanto, a construção de si mesmo na relação com os que estão ao seu redor.

3. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade cultural e resistência*⁶

...eu vou escrever um poema
que vem da minha inspiração
do sofrimento do povo da nossa região
povo pobre e abatido que resiste a opressão...
Dona Raimunda (2006)⁷.

Caracterizada como uma região com altos níveis de pobreza e desigualdade, a região do Bico do Papagaio tem apresentado uma alta concentração da atividade extrativista entorno da catação e extração da amêndoa e do óleo do coco babaçu. Trata-se de uma realidade produtiva baseada no regime de economia familiar mesclado com práticas associativas e ou cooperadas, onde o babaçu é integralmente aproveitado pelas famílias. Tal prática transformou-se, ao longo dos tempos, numa das principais alternativas encontradas pelas populações carentes e comunidades tradicionais, da região e entorno, para auferirem renda e garantirem sua subsistência.

De acordo com dados do Censo de 2010, a região do Bico do Papagaio possui uma população estimada em cerca de 110 mil habitantes, sendo que mais de 60% estão na zona urbana e os restantes estão na zona rural. A região congrega cerca de 25 mil domicílios, dos quais, aproximadamente 11 mil, estão também em situação de pobreza, o que representa algo próximo a 45,5% do total de domicílios, ou 11,3% dos domicílios pobres em relação do estado. Apesar de amplamente conhecida, pelas atividades relacionadas ao babaçu, a região, também ganhou notoriedade pelos intensos conflitos fundiários, do não cumprimento da Lei Nº 1.959, de 14 de agosto de 2008 – conhecida como Lei do Babaçu Livre, das queimadas descontroladas, dos desmatamentos e em função da pecuária extensiva e da implantação de grandes empreendimentos para produção de soja, cana de açúcar, eucalipto e ainda as usinas hidroelétricas, termoeletricas, entre outros.

Atualmente, são estimadas duzentas mil famílias envolvidas com a atividade de babaçu (MDA 2009). Vale destacar que, basicamente, são mulheres que participam das atividades sob condições de intensa precarização, seja por meio de atividades de catação e extração de amêndoas, seja vendendo para as indústrias ou atravessadores, organizado ou não. Do ponto de vista econômico⁸, a renda obtida com a atividade é insuficiente para garantir atender as necessidades básicas como, por exemplo, a alimentação.

Conforme declararam, muitas mulheres participantes da atividade, logo após a segunda quinzena de cada mês, já não possuem o que comer, sendo necessário comprar “a prazo” (popularmente denominado de “fiado”) no comércio local. Entretanto, a quantidade de alimentos obtidos, muitas vezes, não são suficientes para garantir o sustento familiar. O que tem levado as comunidades a criarem outros mecanismos para garantir as condições mínimas de cidadania. Dentre essas comunidades – que se utilizam extensivamente da atividade de catação e extração do coco babaçu – o Assentamento Sete Barracas é a que tem logrado algum êxito no que diz respeito ao acesso à cidadania.

O Assentamento Sete Barracas foi criado a partir da articulação de um grupo de agroextrativistas no município de São Miguel-Tocantins. Em 1986, a antiga Fazenda Pontal foi dividida em 27 lotes de aproximadamente 22 hectares para cada família de assentados. No mesmo

⁶ Esta seção é fruto das observações e depoimentos que tenho colhido ao longo dos anos, tanto a partir do desenvolvimento de projeto de pesquisa intitulado “As escalas de justiça social no contexto das Quebradeiras de coco babaçu: uma avaliação das ações do Plano de Promoção Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu – CNPq nº 485747/2011-1, bem como de minha participação na rede “repensa babaçu” e no “Núcleo Estadual de Apoio aos APL’s” no Tocantins.

⁷Retirado do audiovisual, de Marcelo Silva, “*Raimunda a quebradeira*”.

⁸ Dado aos objetivos deste trabalho não vou me deter com afinco na realidade e possibilidades econômicas do agroextrativismo do Babaçu. Para uma excelente visão do potencial desta cadeia produtiva ver Santos (2012).

ano, foi fundado o Clube Agrícola Sete Barracas – CASB e, em 1989, o Assentamento passou a atender beneficiários de projetos e programas governamentais e não governamentais. Atualmente, a comunidade de Sete Barracas abriga 27 assentados e mais 33 famílias de não assentados, filhos e netos destes.

Conforme se orgulha de dizer, o presidente da CASB, o Senhor Antônio⁹: “ *o nosso assentamento é histórico aqui na região, desde a criação, preservamos o meio ambiente, sempre participamos dos eventos no país inteiro, levando o extrativismo da nossa comunidade para o Brasil conhecer*”.

As questões ambientais constituem um elemento fundamental no âmbito das Quebradeiras de Coco, servindo de esteio às reivindicações deste grupo, como pode ser observado na fala de Maria Adelina¹⁰: “a nossa luta é para preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida pela organização, cidadania e reprodução do nosso trabalho e da nossa cultura”. Retomarei este ponto adiante.

A comunidade de Sete Barracas, também é conhecida, por ter entre seus moradores, a Dona Raimunda, quebradeira de coco de babaçu, reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho em favor das causas das mulheres quebradeiras, da educação para as crianças e dos extrativistas da região do Bico do Papagaio, além ter ajudado a fundar e Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), a qual também presidiu. Contribuiu de forma veemente para a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e a Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), nesta foi titular por 10 (dez) anos.

Para a comunidade de Sete Barracas, não só as estratégias econômicas de sobrevivência são relevantes, as tradições culturais do seu povo requer igual ou maior atenção. Ao longo de sua história, a comunidade vem preservando algumas atividades culturais e perpetuando-as de geração em geração. Um exemplo, neste sentido, e o principal evento é sem dúvida, a comemoração do aniversário do Assentamento, no dia 28 de junho, festa que tem alta relevância para os moradores. As comemorações iniciam com uma missa reunindo principalmente os moradores mais antigos, em seguida é servido um almoço para todos os presentes. No período da tarde, as comemorações continuam com um jogo de futebol e a noite a festa animada pela quadrilha e a famosa Dança da Mangaba¹¹, a qual reúne 12 pares para dançarem juntos.

Retomando as questões anteriores, quando as comunidades de quebradeiras passam a enfrentar grupos distintos na esfera pública na disputa por recursos diversos, utilizam-se de um discurso cujo os operadores é o reconhecimento de um *modus vivendi* próprio e uma condição especial, de agente ambiental, arrogada para si.

A gente luta pela terra, pelo direito de continuar vivendo como quebradeira. Porque além de nós tirarmos o nosso sustento, a gente ainda preserva o meio ambiente. A gente não faz como esses fazendeiros tão acabando com as maas (Nonata).

“minha arte é quebrar coco todo dia” (Sebastiana).

A questão não se esgota no âmbito ambiental. Ela se expande e encontra ressonância na maneira como os sujeitos refletem acerca das atividades produtivas que envolvem o babaçu. Trata-se de conflitos de identidade. Ao participar das atividades desenvolvidas pelo II Babaçutec – evento

⁹ Seu Antônio é amplamente conhecido na região pela alcunha de Quiriba.

¹⁰ Coordenadora Geral do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu –MIQCB.

¹¹ A dança da Mangaba foi trazida para o Brasil pelos portugueses, na época da colonização. A Mangaba, dança de origem africana, veio para o Maranhão, principalmente para o Vale do Mearim, por meio de moradores do Piauí. Ocorre ao som da cabaça, lata de querosene (com cambitos) e adufes (pandeiros quadrados). É dançada em pares e os catadores que também tocam os instrumentos, improvisam a cantoria. Dados disponíveis em: <http://averequete.blogspot.com.br/2010/06/danca-da-mangaba.html>

organizado pela Embrapa Cocais – tive a oportunidade de conviver com representantes de todos os seguimentos que compõem essa cadeia produtiva. Em meio a um acalorado debate, uma representante das comunidades de quebradeiras foi indagada sobre as possíveis vantagens da comercialização do coco inteiro. De pronto, ela levantou-se e respondeu: “*eu quero ser reconhecida como quebradeira. É isso que eu sou, é isso que eu sempre fiz, minha mãe fazia. Não quero ser chamada de catadora*”. Existe um claro conflito acerca do que representa ser uma Quebradeira de Coco e a pura atividade da cata do coco. “*Se a mulher passa a catar, ela sai da função de quebradeira, ela vira catadeira*” (Nonata).

As falas descritas anteriormente revelam questões que envolvem a produção da identidade e a capacidade de resiliência apresentada pelos sujeitos. Neste sentido, a construção da identidade social de quebradeira permite examinar como estes sujeitos, com base no controle das informações relativas às suas atividades laborais, conseguem subverter situações negativas, de modo que, a partir de um processo reflexivo, essas mesmas situações negativas se apresentem transmutadas em energias positivas capazes de promover e conferir solidariedade e estima social a este grupo, num contexto social mais amplo. Assim, uma atividade laboral como a da quebradeira de coco que, num primeiro momento, poderia ser qualificado como trabalho árduo¹² e ou desqualificado, num segundo momento – a partir da mobilização de elementos simbólicos – pode se tornar um elemento fundamental para integração social e emancipação destes sujeitos.

Importante perceber, neste contexto, que a construção social da identidade, enquanto processo contínuo, se exprime no plano coletivo como um fator manipulado, uma vez que, os sujeitos dispõem de uma margem de autonomia na definição de si. Neste sentido, podemos dizer que a produção de um *self resiliente* depende da capacidade de gerir e controlar informações dentro de um processo amplo de reflexividade social.

Considerando o universo social das quebradeiras de coco babaçu, observa-se que no âmbito da produção de resiliência, o reconhecimento social surge como elemento imanente ao desenvolvimento do sentimento de integração e pertencimento social. Em decorrência, desta constatação, observa-se que a resiliência social anda de par com a vivificação dos laços sociais. Neste sentido, observou-se uma maior capacidade de enfrentamento das adversidades advindas da atividade e ou do contexto social em questão, quando os sujeitos se sentem reconhecidos em suas capacidades e qualidades. No entanto, observou-se que a capacidade de resiliência, a partir da valorização da identidade social de quebradeira, torna-se mais notória quando nos referimos às mulheres idosas. A maioria das mulheres jovens têm optado por realizar outras atividades laborais que não a de quebradeiras. Isso se deve, em parte, por duas questões centrais: o baixo retorno econômico que a atividade apresenta, aliada as precárias condições de realização das mesmas. O fato, contudo, de muitas jovens não desejarem permanecer na atividade, tem repercutido na capacidade de mobilização e enfrentamento das questões relativas à cadeia produtiva do babaçu.

Considerações finais

Dentre os objetivos a que este trabalho se propôs, encontra-se o de ampliar o escopo analítico-conceitual do debate em discussão no âmbito das ciências sociais. Trazer para o universo da análise e da interpretação novos referenciais capazes de produzir outros entendimentos sobre a complexidade do mundo social é uma tarefa que todo sociólogo deveria tomar para si. Nesse sentido, o conjunto de questões apresentadas não se esgota aqui. O debate deve ser ampliado. Compreender como os sujeitos se redefinem, a partir das atividades que desenvolvem e seus desdobramentos no espaço da experiência é imperioso. Pois, é no espaço da experiência que se descortina os horizontes de expectativas abertas à ação. Seja na organização econômica, seja na esfera política, *lócus* de onde podem emergir como sujeito coletivo. Do mesmo modo, devemos

¹² Para Walzer (2003), o adjetivo árduo corresponde a algo brutal, desagradável, difícil de suportar. Nesse caso, a palavra define trabalhos que parecem penas criminais, trabalhos que ninguém procura e não escolheria se tivesse ao menos uma alternativa muito pouco melhor

buscar um melhor entendimento acerca de como os contextos locais e nacionais, definem indivíduos e grupos como membros valiosos da comunidade, conferindo-lhes reconhecimento e transformando-o em uma fonte de resistência coletiva.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, C. A.; MELLO, M. A.; RIOS, A. M. *Resiliência: teoria e práticas de pesquisa em psicologia*. São Paulo: Ithaca Books, 2011.
- ARAÚJO, Ceres A. Resiliência ontem, hoje e amanhã. In: ARAÚJO, C. A.; MELLO, M. A.; RIOS, A. M. *Resiliência: teoria e práticas de pesquisa em psicologia*. São Paulo: Ithaca Books, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Meio Ambiente *Promoção Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu*, Brasília – 2009. Acesso em: 23/05/2011 Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/.../Plano_Ação_Cadeia_Babaçu.pdf
- _____. *LEI Nº 1.959, DE 14 DE AGOSTO DE 2008*. Presidência da República. Brasília, 2008.
- DUBET, F. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- _____. *Desigualdades multiplicadas*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003.
- HALL, P. A.; LAMONT, M. *Social resilience in the neo-liberal era*. Cambridge University Press, 2013.
- HONNETH, A. *Patologias de lo social: tradición y actualidad de la filosofía social*. (2000). In: HONNETH, A. *Crítica del agravio moral: patologías de la sociedad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2009a.
- _____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- _____. *Reconocimiento y menosprecio: sobre la fundamentación normativa de una teoría social*. Barcelona: Katz, 2009.
- _____. *Crítica del agravio moral: patologías de la sociedad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2009a.
- GROTBORG, E. H. Novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. 1º Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LUTHAR, S. et al. The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71, (3), 543-558, 2000.
- MEAD, G. H. *Espiritu, persona y sociedad*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.
- MEYER, G.; JEANETTE, J. *Resilience and development: positive life adaptations*. New York: Kluwer Academic, 1999.
- MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. 1º Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PUNTIGLIANO, A. R.; BRICEÑO-RUIZ, J. *Resilience of regionalism in latin america and the caribbean: development and autonomy*. U.S.A.: Palgrave-USA, 2013.
- RIOS, A. M. A resiliência na infância. In: ARAÚJO, C. A.; MELLO, M. A.; RIOS, A. M. *Resiliência: teoria e práticas de pesquisa em psicologia*. São Paulo: Ithaca Books, 2011.
- RIVERA, J. D. *Community disaster recovery and resiliency*. Flórida: Auerbach Publication, 2010.
- RUTTER, M. Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14, 626-631, 1993.
- SAMPAIO, M. M. Introducción. In: HONNETH, A. *Crítica del agravio moral: patologías de la sociedad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2009a.
- SANTOS, L. N. *Arranjos produtivos do babaçu e a qualidade de vida na região do Bico do Papagaio-TO*. Palmas, TO. *Dissertação de Mestrado*. PPG em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins – UFT, 2012.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

- SILVA, Josué Pereira. Teoria Crítica na Modernidade Tardia: sobre a relação entre redistribuição e reconhecimento. Caxambu, *Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS*, 2005.
- SILVA, Marcelo. Raimunda a quebradeira. Tocantins, DOCTV no TOCANTINS. DVD Video (NTSC), 52min , color, português, 2006.
- TAVARES, José (Org.). *Resiliência e educação*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- WERNER, Emmy E. Risk, resilience and recovery: perspectives from the Kauai longitudinal studi. *Development and Psychopathology*, 5, 503-515, 1993.